



Senhores Convidados,  
Camaradas,  
Sargentos de Portugal,

Estamos a comemorar cento e vinte anos sob a data heróica do 31 de Janeiro de 1891, que ficou conhecida para a história como a Revolta do Porto e que entre os Sargentos de Portugal tem o forte significado de ser “O Dia Nacional do Sargento”, apesar das contrariedades impostas por políticos e militares, a este reconhecimento formal e oficial.

Cabe neste momento reconhecer publicamente a coragem da decisão inédita da autarquia de Vila Real, quando decidiu outorgar a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, à Associação Nacional de Sargentos, enquanto representante dos Sargentos que tanto contribuíram para a implantação da República. Esta cerimónia decorreu naquela cidade transmontana aquando das comemorações do centenário da República, no passado dia 5 de Outubro, em cerimónia pública de grande simbolismo, que coincidiu com a inauguração de uma rotunda denominada “Rotunda da República” homenageando assim aqueles que em 1910 resistiram na Rotunda, em Lisboa, quando outros desistiram, tornando possível a implantação da República.

Estamos a comemorar esta efeméride num quadro de grande injustiça social, quando assistimos a ataques fortíssimos aos direitos profissionais, sociais e assistenciais contra os portugueses em geral, contra os militares mas muito em particular contra os militares das mais baixas patentes. Se como na altura denunciámos, já não era fácil entender e muito menos aceitar a forma diferenciada e injusta como foram aplicadas as alterações ao sistema retributivo, criando gritantes excepções para comandantes, directores ou chefes, mais se agravou o sentimento de injustiça com a aplicação dos cortes de vencimentos e direitos sociais, entre muitos outros motivos de insatisfação.

Como podemos constatar, tendo por base um excelente trabalho do Professor Fernando Sousa, Professor Catedrático da Universidade do Porto, também naquela altura se punham problemas de verdadeira xenofobia classista, quando “dirigentes do Partido Republicano se questionavam ou punham mesmo em causa apoiar ou secundarizar uma revolta “vinda da caserna, decidida pelas espingardas dos Sargentos e não pelas espadas dos Oficiais”.

Basílio Teles, professor e ensaísta, exilado após o 31 de Janeiro, esclarece que os chefes republicanos “revelaram-se impróprios para dirigir um partido radical, por incapazes de assumir as responsabilidades dum empreendimento audacioso”. “Revoluções burguesas fazem-se de cima para baixo. Com revoluções de baixo para cima não podia o estado maior do partido republicano, insuficientíssimo para encaminhar a corrente quando ela transbordasse”.

Os moderados defendiam que não se podia impor a república pela força. A este argumento deu resposta o Sargento Abílio de Jesus Meireles quando ao depor em Conselho de Guerra lhe colocaram a pergunta se ele era “republicano de evolução, isto é, dos que desejam que pela propaganda seja conquistada pacificamente a maioria da nação?” ao que respondeu o Sargento Abílio: “Não senhor, estou convencido de que pela evolução nem daqui por um século teremos a república em Portugal!”

São os Sargentos que no Porto amadurecem, formulam e impõem a ideia de revolução a Alves da Veiga, advogado, jornalista, diplomata e político republicano, a Santos Cardoso, republicano convicto, redactor do jornal “A Pátria”, e posteriormente ao



directório republicano de Elias Garcia, professor da Escola do Exército, jornalista, político republicano e coronel de engenharia do Exército Português.

São os Sargentos que forçam a antecipação do movimento ao terem conhecimento da “transferência imposta a vários Sargentos por ordem do Ministério da Guerra”, são ainda algumas dezenas de Sargentos que insurgem e comandam os soldados, tomando nas mãos o comando militar, conduzindo-o obstinadamente para diante, “sem o concurso, e por vezes contra os esforços dos seus oficiais”.

Não é por acaso que desde 1911, na chamada “conversa de caserna” o dia 31 de Janeiro é o “dia dos Sargentos”.

Durante o Estado Novo, é sob a tutela desta data histórica que os republicanos, os democratas, vão reavivar a oposição ao Estado Novo, reivindicando novamente a República, a República democrática, que veio de novo a ser instaurada a 25 de Abril de 1974.

No plano nacional, importa referir que a Revolta do Porto, em primeiro lugar, mostrou aos republicanos o caminho para terminar com a Monarquia e instaurar a República, isto é, o 31 de Janeiro constituiu o primeiro e o mais importante antecedente do 5 de Outubro, demonstrando assim que era, não pela evolução, não pelo sufrágio eleitoral, mas sim através da revolução que o Partido Republicano podia conquistar o poder.

Em segundo lugar, a Revolta do Porto sacralizou as cores da bandeira e o hino, que se vieram a transformar em símbolos nacionais.

A bandeira verde e vermelha, porque foi sob estas cores que os revoltosos do Porto combateram e morreram.

A “Portuguesa”, marcha patriótica gerada na indignação que o Ultimatum britânico suscitou, rapidamente acarinhada em todo o País, foi o hino ao som de cujos acordes os revoltosos de 1891 avançaram, tornando-se a partir daí o hino do Partido Republicano Português. Proibida pela Monarquia, a “Portuguesa”, após o 5 de Outubro de 1910, irrompeu de novo pela voz popular, consagrando-se definitivamente, em 1911, como o nosso Hino Nacional, até aos nossos dias.

Num quadro de desrespeito pelos valores nacionais, em que a ditadura dos chamados “mercados”, (entidade suprema que ninguém sabe muito bem quem é mas a quem os sucessivos governantes veneram ou usam como argumento), determina uma total subserviência aos ditames de potências estrangeiras; num quadro em que a degradação das condições profissionais, sociais e assistenciais de grande parte dos cidadãos portugueses se agrava mês após mês, numa espiral de instabilidade e insegurança para a maioria das famílias; num quadro em que após anos de sacrifícios pedidos aos portugueses nos encontramos em pior situação do que aquela em que estávamos antes dos tais sacrifícios necessários, não podem os Sargentos de Portugal, evocando os valores e os exemplos dos heróis do 31 de Janeiro, deixar de afirmar a sua incondicional disponibilidade para continuar a cumprir e fazer cumprir as Leis da República e a guardar a Constituição da República Portuguesa, de acordo com o juramento feito a sangue perante a verde e vermelha Bandeira Nacional no compromisso assumido com o Povo Português!

Saibamos pois ser continuadores do exemplo dos heróis do 31 de Janeiro de 1891.

Viva o 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento!

Vivam os Sargentos de Portugal!

Vivam as Forças Armadas!

Viva Portugal!